**ENSAIO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE EM ENSINO RELIGIOSO NO RIO GRANDE DO NORTE: entre a teoria e a prática**

***Diego Fontes de Souza Tavares***[[1]](#footnote-1)

**Grupo de Trabalho (GT): 2 – Currículos e processos de ensino-aprendizagem do Ensino Religioso**

**RESUMO**

O Ensino Religioso é disciplina comum da grade curricular da Educação Básica Brasileira e compõe parte integrante da formação básica do cidadão. Ao longo da história esse componente curricular sofreu alterações não só em sua epistemologia, como também em sua proposta pedagógica. Diante disso, diversas são as dificuldades encontradas pelo profissional e docente que atua nessa área de conhecimento. A proposta desse trabalho é fazer uma crítica construtiva ao atual modelo de Ensino Religioso no Rio Grande do Norte (SEEC/RN), estabelecendo seus pontos negativos de acordo à forma como ele vem sendo proposto e trabalhado. Dentre esses, pode-se citar a carga horária defasada, falta de livro didático, descumprimento de sua proposta laica e plural, são apenas alguns dos fatores que tornam o Ensino Religioso embrionário e o freiam de sua função científica. Assim, o trabalho pretende dialogar com leis e portarias a nível nacional (Lei Nº 9.475/97) e estadual (Parecer normativo Nº 050/00) no tocante a esse componente curricular, bem como também teóricos e a experiência profissional, objetivando traçar críticas que alinhem o Ensino Religioso nesta unidade federativa a uma proposta escolar, pedagógica e científica.

**Palavras-chave:** Ensino Religioso; Docência; Práticas Pedagógicas; Secretaria do Estado de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte.

**1. Introdução**

O Ensino Religioso brasileiro é caracterizado por um forte preconceito que ainda o limita enquanto área científica e curricular. Esse atraso é produto de sua bagagem histórica caracterizada pela forte influência da Igreja Católica em sua base epistemológica desde sua gênese, como também com a cruzada que essa mantém em conservar-se como tutora dessa disciplina escolar.

Essa mácula na qual carrega o Ensino Religioso reflete não só em sua base epistemológica, mas também na pedagógica. Os docentes dessa disciplina curricular carregam grandes dificuldades em suas atividades profissionais que são frutos ainda dessa herança confessional. A influência da Igreja Católica limitou a elaboração e desenvolvimento de uma grade curricular, que favorecesse os ideais científicos e pedagógicos dessa disciplina, como também impossibilitou a sua expansão, já que freava os seus avanços liberais – quando a disciplina abria-se às outras denominações religiosas, melindrando o seu florescimento.

O presente trabalho almeja expor como ainda hoje, com uma república democrática consolidada e já obtendo o Ensino Religioso grandes conquistas, ainda se defrontam com grandes dificuldades os docentes de Ensino Religioso.

**A herança confessional do Ensino Religioso**

O Ensino Religioso brasileiro é caracterizado por um forte preconceito que ainda o limita enquanto área científica e curricular. Esse atraso é produto de sua bagagem histórica caracterizada pela forte influência da Igreja Católica em sua base epistemológica desde sua gênese, como também com a cruzada que essa instituição mantém em conservar-se como tutora dessa disciplina escolar.

A história do Ensino Religioso no Rio Grande do Norte está alinhada ao histórico da disciplina no Brasil, tendo origem confessional e catequética, permeando e servindo de substrato ao ideal civilizador no qual o colono impôs à sua colônia.

Essa herança proselitista e supostamente civilizadora reflete ainda durante a República, mesmo embora já tenha o estado brasileiro se caracterizado como laico – pelo menos em tese. De acordo com as LDB's, Lei n° 4024/1961 e Lei n° 5.692/1971, em que, especialmente nessa última, o componente Ensino Religioso foi legitimado pelo Ato Institucional 01/69, que o tornava integrante da Educação Básica - numa proposta alinhada à Educação Moral e Cívica. Nessas duas Leis, o Ensino Religioso era de caráter facultativo e sem ônus ao estado.

Até o advento da LDB Lei n° 9.394/96, o Ensino Religioso seguiu as mesmas diretrizes de seus 2 dispositivos constitucionais anteriores, sendo de caráter confessional, de matrícula facultativa e sem ônus ao estado. Coube a nova redação proposta à LDB/96, da Lei n° 9.475, em seu Art. 33 que retirava o caráter confessional do componente e o tornava com ônus ao estado, o Ensino Religioso era de natureza teológica, sendo ofertado, em sua maioria, por sacerdotes católicos e/ou por professores que tinham uma maior afinidade com essa religião até então hegemônica.

Coube aos estados e municípios, mediados em seus Conselhos, buscarem formas de cumprir o Art. 62, que estabelecia que " A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena”.

Com o intuito de uma reconfiguração do currículo do Ensino Religioso, norteado pelo que pregava o Art. 33 e 62 da LDB, organizações e instituições públicas, dentre elas o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), reivindicam que esse componente tivesse uma licenciatura em Ciência da Religião no qual fosse seu corpo teórico-pedagógico. Nesse segmento, o Ensino Religioso seria a transformação epistemológica dessa ciência através da pedagogia, sendo posteriormente ofertada à sociedade pela educação básica.

É importante frisar que o FONAPER elaborou 3 propostas para essa demanda formativa para o Ensino Religioso, tendo articulado cursos de Extensão, Especialização e graduação, que eram oferecidos não só às estâncias públicas (Conselhos Estaduais e Municipais de Educação), para apreciação, mas também às universidades e faculdades privadas. No Rio Grande do Norte foram consultadas a UFRN e UNP, que se negaram e/ou não demonstraram interesse na proposta.

Assim, apesar do fato do Ensino Religioso não ter sido incluso através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o FONAPER cria os PCNER, suprindo essa lacuna curricular do Ensino Religioso e o envia como proposta ao MEC, tendo sido essa negada.

Negado pelo MEC, a Secretaria de Educação do Estado do RN (SEEC), em 2000, reúne uma comissão de vários professores de Ensino Religioso para elaborar um currículo para a rede, surgindo o Parecer Normativo n° 050/00, que compunha permanente uma comissão de professores para nortear o currículo e o componente, bem como criam os "Cadernos pedagógicos I e II", um material para ser trabalhado no Ensino Fundamental I e no Ensino Fundamental II; sendo o "Caderno I" para os anos iniciais, e o "Caderno II" para os anos finais. Além de estabelecer que era apto a lecionar o Ensino Religioso quem tivesse uma licenciatura em qualquer componente, juntamente com uma especialização lato sensu de 480h em Ciências da Religião ou Teologia; e Licenciatura em Ciências da Religião ou Licenciatura em Teologia. O Parecer foi assinado tendo como Presidente o Pe. Sátiro Dantas e vice-presidente Marluce Ferreira.

Como já havia na rede municipal e estadual professores de Ensino Religioso - e que não tinham passado por um curso de Ciências da Religião - a Comissão propôs uma formação continuada, chamada de "Capacitação Docente", de 180h.

Esses professores tinham ingressado no magistério em Ensino Religioso tendo sido formados pelo curso da Escola Superior de Educação Religiosa (ESER). Essa instituição de Ensino surge em 1977 e foi criada fruto da parceria firmada pela Igreja Católica e Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, em 1973, com o intuito de fomentar a institucionalização do Ensino Religioso nas escolas da rede pública, sediada no ITEPAN, vinculado à Arquidiocese de Natal. Era encabeçado por Padre Lucas Batista Neto e pela professora Maria Augusta de Sousa Torres.

Embora formasse professores, a diplomação dessa instituição não era reconhecida como nível superior pelo MEC, regida como Nível Superior pela Portaria Estadual nº 520/98-GSE/SEC, sendo exclusiva essa validação apenas no RN, pois o Conselho Estadual de Educação não tinha autonomia para reconhecer curso superior. No entanto, como a LDB não tinha sido elaborada, ele supria a condição de magistério até então.

Dentro dessa perspectiva e no intuito de atender aos anseios da LDB, o curso de Ciências da Religião da UERN, única instituição de Ensino que se mostrou sensível à proposição, criado em 11 de setembro de 2001, estando a prof. Maria Augusta na sede da UERN, em Mossoró, firmando uma parceria na condição de convênio entre a UERN e o Instituto de Teologia Pastoral de Natal (ITEPAN). A princípio, a Faculdade de Educação rejeita a vinculação à sua rede, tendo sido aceito pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, foi quando o Projeto pedagógico do Curso de CR foi apresentado ao CONSEPE, sido defendido pelo professor João Batista Xavier, havendo a criação e institucionalização do curso de CR com a aprovação da Resolução 034/2001 (CONSEPE, 02/08/2001).

A primeira turma do fecundo curso foi formada em 2002, no semestre de 2002, com professores advindos de vários cursos das ciências humanas e da Teologia, formando-se em 2005.

**A prática docente de Ensino Religioso no Rio Grande do Norte**

Estabelecido a história do Ensino Religioso no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Norte, chega-se ao recorte proposto nesse trabalho, que é a atividade docente dos professores de Ensino Religioso nessa unidade federativa. Ainda, vale expor que o referido trabalho atenta aos docentes ligados à Secretaria de Estado e da Cultura do Rio Grande do Norte/SEEC, não se estendendo, ao menos diretamente, aos professores veiculados à Secretaria Municipal de Educação de Natal – nem de outro município específico. Necessário se faz estabelecer a distinção proposta pelo fato de que cada uma dessas secretarias possuírem autonomia na elaboração de seus conteúdos e bem como da escolha e promoção de seu pessoal.

Sobre essa responsabilidade na elaboração de conteúdo e admissão de pessoal, bem como de outras diretrizes para o Ensino Religioso, a SEEC/RN forma o Conselho de Ensino Religioso (CONER) para a elaboração do Parecer Normativo Nº50/00, finalizado em 8 de novembro de 2000. Destacarei as medidas por esse Parecer tomadas que tocam à proposta desse trabalho, que é a diferença entre a teoria e a prática na atividade docente do profissional de Ensino Religioso, ressaltando como as medidas por este Parecer não se alinham às decisões nacionais e vão na contramão do progresso científico e epistemológico da disciplina. Em especial, transcrevo as que estabelecem: o conteúdo a ser ministrado; a carga horária da disciplina e o critério para admissão de pessoal para lecionar essa disciplina. Segundo o Parecer Normativo Nº 050/00

No que diz respeito ao nº de horas/aula semanais, se 01 (uma) ou (duas) entende-se que **não compete a este colegiado fixar este quantitativo**, firmando-se, para tanto, nos princípios da autonomia e flexibilidade que foram conferidas à escola pela LDB. Fica, pois, a critério de cada estabelecimento de ensino deliberar sobre à matéria e, em seguida explicá-la no Regimento Escolar no seu Projeto Pedagógico [...]

Com o intento de contribuir para que a prática pedagógica atenda aos novos paradigmas **propõem-se os seguintes** **eixos temáticos:**

* + **O Ser Pessoa Humana;**
  + **O Universo e o Ser Humano;**
  + **Comunicação versus alteridade;**
  + **O Ciclo da Vida: nascer, crescer e morrer;**
  + **O Sentido da Vida;**
  + **Religião e Contexto Cultura;**
  + **Religiosidade: fé e relação com o divino.**

**Outro fator preponderante para uma oferta qualitativa desse componente curricular é a formação do educador**. Entende-se que, além de uma sólida formação geral, é preciso que detenha conhecimentos de Teologia e Ciência da Religião. **Recomenda-se, pois, que sejam portadores dos seguintes diplomas**:

* + - **Curso Normal, em nível médio e/ou Normal Superior, com estudos adicionais em Ciências da Religião ou Teologia, para lecionar nas séries iniciais do Ensino Fundamental;**
    - **Curso de Licenciatura Plena, em qualquer área, desde que possua Especialização em Ciência da Religião ou Teologia, com carga horária de 480 horas;**
    - **Curso de Bacharelado em Ciências da Religião, complementado por curso de formação pedagógica com carga horária de 208h;**
    - **Curso de Licenciatura em Ciências da Religião ou Teologia.** (PARECER NORMATIVO 050/00, 8/11/00, grifo meu).

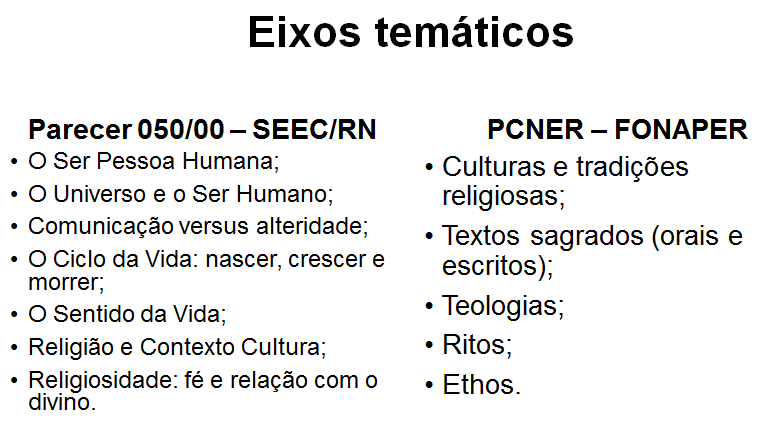
As seguintes diretrizes postas no Parecer dificultam a atividade docente, na medida em que não se estabelece o número exato e ao certo de horas/aula semanais e imbuindo às escolas essa função, sendo unanimidade a delimitação de apenas uma hora/aula semanal. Soma-se a isso o desconhecimento dos coordenadores das escolas do componente Ensino Religioso enquanto laico, democrático e científico, tendo esses coordenadores uma visão desse como confessional e moralizador cristão, o que dificulta totalmente o ajustamento da proposta curricular ao ensino, dado ser pequena as reuniões com os alunos para um currículo tão extenso e vasto.

Junto a essa atribuição de apenas uma hora/aula, não suficiente a dificuldade já ditas sobre ensino/conteúdo, o professor de Ensino Religioso acaba sobrecarregado com muitas turmas para completar sua carga horária de trabalho. Sabendo que é de responsabilidade do profissional da educação do estado do Rio Grande do Norte uma carga horária de 30h/semanais, sendo 10h dessas encarregadas à preparação de aulas e planejamento, sobra-se 20h para este se encarregar de um total de turmas. Tendo o Ensino Religioso apenas 1h/aula, tem que o professor dessa disciplina possuir 20 turmas para se adequar ao seu regime de trabalho, o que o sobrecarrega com 20 vezes mais alunos, dificultando a criação do vínculo com o aluno e a necessária relação individual do professor para reconhecer as necessidades de cada aluno.

Para complicar ainda mais a atividade docente, o Ensino Religioso é pertencente ao Ensino Fundamental I e II, se resumindo apenas ao Fundamental II, já que em sua maioria no Fundamental I é ofertada pelo profissional pedagogo polivalente – que em sua maioria não teve uma formação adequada para lecionar a disciplina. Por ser predominante no Fundamental II (6º ao 9º ano) tem-se que o professor se alocar em várias escolas para completar a carga de 20 turmas, dado o fato que não é toda escola estadual que possui 20 turmas de Fundamental II, ficando na maioria das vezes em três escolas, não criando vínculo trabalhista e docente em nenhuma delas, dado estar sempre se deslocando, o que dificulta a presença em reuniões pedagógicas e com os responsáveis dos alunos, bem como a própria atividade docente em si, já que sua presença naquela escola se resume a um ou dois dias semanais, apenas.

Ainda, no que compete aos conteúdos, o Parecer 050/00 estabelece “eixos temáticos” que em nada convergem com os propostos pelo FONAPER, conforme se nota no quadro.

**Quadro 1 – Quadro analítico entre o conteúdo proposto pelo Parecer 050/00 e os Parâmetros Curriculares para o Ensino Religioso proposto pelo FONAPER**



Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2024.

De acordo com esses eixos temáticos propostos pela SEEC/RN foram criados dois livros pedagógicos para fundamentarem os professores na atuação docente, são os: *Caderno Pedagógico I* e *Caderno Pedagógico II*, que são deveras confessionais em sua proposta, possuindo um viés de caráter ecumênico travestido numa proposta cristã e monoteísta. Já fazendo 19 anos da elaboração desse Parecer, poucos são os profissionais que se apoiam nesses Cadernos Pedagógicos, seja por serem deveras antigos e confessionais, seja pelo fato de o CONER não ter elaborado outro livro didático e os novos professores recém-formados não os tenham recebido ou conhecimento.

O fator que isso acarreta é a dificuldade de estabelecer um padrão no conhecimento curricular dos alunos que, por exemplo, transitam entre uma escola e outra – algo inclusive bastante comum no público alvo da escola pública. Fruto disso são alunos que vem e vão sem um seguimento do conteúdo resultado da ausência curricular que tem os professores, sendo esses inclusive os responsáveis pela elaboração de todo o conteúdo a ser ministrado, o que dá margem, em razão dessa escassez de currículo, à confessionalidade e proselitismo por parte dos docentes.

Como terceira medida destacada no Parecer 050/00 tem-se a diretriz para a admissão de professores de Ensino Religioso. O Parecer garante que qualquer profissional que não o formado pelo curso de Ciências da Religião possa lecionar a disciplina, desde que tenha alguma especialização ou simplesmente possua formação em Teologia. Isso abre precedentes à confessionalidade e ao proselitismo, dado que além de não possuir uma padronização curricular do conteúdo a ser ministrado, o então docente de Ensino Religioso também não foi formado e capacitado para tal, visto ter advindo de outras áreas que não a da Ciências das Religiões[[2]](#footnote-2), que é a mais apropriada para a capacitação e formação do professor nessa disciplina.

É consenso em vários autores que estudam e pesquisam a importância epistemológica das Ciências da Religião como subsídio para o profissional docente em Ensino Religioso. Conforme defende Passos,

O acúmulo de estudos de Ciências da Religião nos cursos de pós-graduação já deu um primeiro passo para a superação dos preconceitos e da própria institucionalização do estudo científico da religião no âmbito das ciências habilitadas nas áreas estabelecidas pelos órgãos do Ministério da Educação. As Ciências da Religião podem oferecer a base teórica para o ER, posicionando-se como mediação epistemológica para as suas finalidades educacionais em cursos de licenciaturas (PASSOS, 2007, p. 38-39).

Assim, os cursos de licenciaturas em Ciências da Religião devem outorgar conhecimento acerca da diversidade cultural e religiosa que compõe o campo religioso brasileiro, como também conceder conhecimentos teóricos aos principais assuntos no qual se necessita para fundamentar conceitualmente um bom cientista da religião e professor de Ensino Religioso.

Partindo dessa ideia, entende-se que os cursos de licenciatura em Ciências da Religião em seu Projeto Político-pedagógico se propõem como mostra o objetivo do curso em Ciências da Religião da UERN:

Formar um profissional da educação com sólida fundamentação filosófica, teológica e pedagógica, com ênfase nos estudos do fenômeno religioso, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presentes na história da humanidade. Com isso, a formação pretende capacitar profissionalmente o docente para a ação pedagógica levando em conta os conteúdos e as metodologias adequados à construção do conhecimento significativo, além de proporcionar a vivência dos valores éticos, morais e espirituais, na perspectiva do exercício pleno da cidadania e da atuação do professor do Ensino Religioso (PPP CIÊNCIAS DA RELIGIÃO, UERN, 2014).

Ao estabelecer que profissionais de outras áreas diferentes da Ciências da Religião possam participar da docência em Ensino Religioso o CONER retrocede às grandes vitórias conseguidas a muitas lutas de todos os profissionais que militam um por Ensino Religioso de qualidade e científico.

Esses critérios na seleção dos profissionais quanto ao diploma vigora ainda hoje, em 2019, quando no último concurso público da SEEC/RN, em 2016, se cobravam como requisito ao professor Ensino Religioso diploma em Ciências da Religião e/ou Teologia, cabendo uma nota de repúdio do Departamento de Ciências da Religião/UERN ponderando a necessidade de profissionais com diplomas em Ciências da Religião – curso inclusive ofertado pela própria Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, que tem parceria com a SEEC/RN – demonstrando assim a falta de diálogo entre os dois órgãos.

Ainda há pouco, quando da elaboração desse trabalho, a SEEC/RN lança um processo seletivo Edital Nº 001/2019 para a contratação de professores substitutos que estabelece e requer ao professor de Ensino Religioso “Licenciatura Plena em Ciências da Religião; Licenciatura Plena em Ensino Religioso; Licenciatura Plena em Teologia”.

**Considerações finais**

Embora tenha tido um legado histórico de proselitismo e confessionalidade, o Ensino Religioso vem progredindo e se adequando a uma proposta laica, democrática e plural, conforme se pode ver em sua história enquanto consolidação de disciplina escolar.

No entanto, como tudo o que é político e ao que tange à educação, as propostas das disciplinas escolares, bem como os seus currículos, são passíveis de medidas que possam lhe fazer retroceder e ir em desencontro desses ideais democráticos e científicos, o que deve ser enfrentado com resistência pelas entidades civis que compõem e militam por um Ensino Religioso laico, plural e científico.

O presente trabalho estabeleceu alguns desses retrocessos no qual passa o Ensino Religioso no Rio Grande do Norte, estabelecendo um diálogo entre as diretrizes nacionais, propostas mediante legislações respaldadas nas entidades civis que lhes serviram de alicerce e fundamento, na tentativa de evidenciar a necessidade da SEEC/RN em cumprir com maior rigor o que define e propõe a LDB, o FONAPER, e a BNCCER.

Recorre-se a essa necessidade de cumprimento para não continuar sofrendo o Ensino Religioso no Rio Grande do Norte prejuízos à educação por um profissional não capacitado e/ou sem condições em ofertar e ministrar esse componente, caindo no infortúnio do proselitismo e da confessionalidade, resultando assim em uma disciplina que foge da sua característica não confessional e científica, além de não ser plural, na medida em que a laicidade pelo professor não ter sido valorizada, gerando prejuízos não só à comunidade escolar, mas à sociedade como um todo.

**Referências**

FONAPER. *Ensino Religioso: referencial curricular para a proposta pedagógica da escola*. Brasília, 2000.

FONAPER.*Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Religioso*. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado da Educação e da Cultura (SEEC/RN). *Ensino Religioso: Caderno Pedagógico I* – Comissão do Ensino Religioso da SEEC/RN. – Natal, 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado da Educação e da Cultura (SEEC/RN). *Ensino Religioso: Caderno Pedagógico II* – Comissão do Ensino Religioso da SEEC/RN. – Natal, 2009.

1. Doutor em Ciências das Religiões pela UFPB. Professor do Departamento de Ciências das Religiões da UFPB e da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Norte. Contato: [diegofontes.tavares@outlook.com](mailto:diegofontes.tavares@outlook.com) [↑](#footnote-ref-1)
2. Em outro trabalho já me propus a problematizar a grade curricular dos próprios cursos de Ciências da Religião que oferecem Licenciatura e capacitam os egressos à docência em Ensino Religioso, analisando o alinhamento desses ao que propõe os PCNER e a BNCCER. Vide TAVARES, 2018. [↑](#footnote-ref-2)